

# **DIREITO ELEITORAL EM 2024**

## Autor(res)

Sullyman Ketly Da Silva Habib Ribeiro David Vamberth Soares De Sousa Lima Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto Felipe De Almeida Campos

# Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

# Introdução

O direito eleitoral no Brasil é um ramo de direito público que regula as normas e procedimentos relacionados às eleições e à organização política do país. Ele abrange aspectos como a Legislação, cuja A principal norma é o Código Eleitoral é a Lei nº 4.737/1965, além de estabelecer regras sobre a forma de fazer eleições, o tramite processual é a organização dos órgãos responsáveis; os partidos políticos desde sua organização até seus direitos e deveres da legenda; as candidaturas e todos o processo por trás dele, como idade mínima, afiliação e regularidade; as campanhas eleitorais com norma que regulam propaganda, financiamentos e prestação de contas, além de garantir transparência; a Votação e a apuração, regulando a utilização das urnas eletrônicas garantindo a segurança do processo e a apuração dos votos, além do direitos do eleitor.

#### Objetivo

O presente resumo tem como objetivo analisar o estado atual do direito eleitoral brasileiro, identificando as principais normas, os procedimentos, os desafios enfrentados e as tendências que emergem nesse contexto.

#### Material e Métodos

Para a realização deste estudo, foram utilizados documentos legais, como a Constituição Federal, o Código Eleitoral. A pesquisa incluiu também as noticias divulgados nas fontes de informação como jornais e redes sociais, revisão de literatura acadêmica sobre as inovações e as tendências no sistema eleitoral brasileiro, com foco nas eleições mais recentes, levando aspectos como o desenvolvimento tecnológicos e a luta pela desinformação como os mais relevantes.

#### Resultados e Discussão

Fake news eleitorais são informações falsas ou enganosas disseminadas com o objetivo de manipular a opinião pública, influenciar resultados de eleições ou desacreditar candidatos. Com o crescimento das redes sociais, essas informações circulam rapidamente, muitas vezes sem verificação. A desinformação confunde eleitores e

ANAIS do IV Encontro de Pesquisa Jurídica: O Diálogo entre a Sociedade, o Estado e a Constituição - Série Especial: Direito Eleitoral/Eleições 2024 - Dias 21 e 22 de outubro de 2024 - Curso de Direito Faculdade Anhanguera Ribeirão das Neves/MG

# ANAIS do IV Encontro de Pesquisa Jurídica: O Diálogo entre a Sociedade, o Estado e a Constituição - Série Especial: Direito Eleitoral/Eleições 2024

# Dias 21 e 22 de outubro de 2024 - Curso de Direito Faculdade Anhanguera Ribeirão das Neves/MG



prejudica a qualidade do debate político, gerando desconfiança nas instituições democráticas e polarização social. Isso pode levar a uma participação política baseada em premissas falsas.

Para combater as fake news, é fundamental promover a educação midiática, ajudando os eleitores a desenvolver um olhar crítico. Além disso, é necessário regulamentar e responsabilizar plataformas e indivíduos pela disseminação de informações falsas, incentivando a transparência nas campanhas eleitorais.

#### Conclusão

O combate às fake news eleitorais é vital para a saúde da democracia. A promoção de um ambiente informativo mais seguro e transparente contribui para que os cidadãos possam exercer seu direito de voto de maneira consciente e responsável. É um desafio coletivo que envolve governos, instituições, plataformas digitais e a sociedade civil.

#### Referências

Brasil. Código Eleitoral. Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.

Brasil. Constituição Federal de 1988.

Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Relatórios e publicações.

Literatura acadêmica sobre direito eleitoral e práticas eleitorais contemporâneas.